**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO
DÉCIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0002611-96.2015.8.19.0000
AGRAVANTE: BENEDITO MARQUES DOS SANTOS FILHO
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO
RELATOR: Des. FERNANDO CERQUEIRA CHAGAS**

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Benedito Marques dos Santos Filho em face de decisão proferida nos autos de Medida Cautelar Inominada (proc. nº 0042034-55.2014.8.19.0014) pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes que, dentre outras medidas, determinou “*o afastamento do Agravante das funções de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Campos e das demais instituições a esta vinculada*” (fls. 02/04 do anexo I).

Alega o agravante, em apertada síntese, que a decisão fere as garantias constitucionais previstas no art. 5º, inciso LV da Carta Magna, já que não lhe foi permitido o contraditório nos autos da referida Medida Cautelar. Alega ainda que a decisão também ignora a previsão contida na Lei nº 8.429/92 de Improbidade Administrativa que, em seu art. 17, parágrafos 7º e 8º, e art. 20, prevê o contraditório e que o afastamento do agente público só poderá ser determinado quando a medida se fizer necessária à instrução processual. Assevera que ainda não tomou ciência dos termos da inicial da Medida Cautelar e não teve acesso aos autos, certo que a

ação foi proposta quando se encontrava fora da cidade de Campos, em tratamento de saúde em outro município.

Defende o Agravante que exerce as funções de Provedor da Santa Casa desde o ano de 1997 e sempre atuou com probidade, dentro da legalidade e considerando os interesses da instituição; que as denúncias que levaram o d. juízo a proferir a decisão agravada não passam de mentiras, elaboradas por médicos insatisfeitos com a sua rigorosa administração, porque esses mesmos médicos possuem uma empresa contratada pela Santa Casa e, após descobertas pelo Agravante algumas irregularidades no contrato, esse foi rescindido e os médicos afastados. Daí a sua irresignação e falsas denúncias ao Ministério Público, que culminaram com a interposição da Medida Cautelar, acrescentando que o retorno dessas pessoas ao hospital será desastroso porque eles sim, prejudicam a instituição.

Requer, destarte, seja concedido efeito suspensivo ao recurso e que, ao final, a ele seja dado provimento para revogar a decisão proferida e determinar o retorno imediato do Agravante ao cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Campos dos Goytacazes (fls. 02/17).

Examinando as cópias acostadas aos autos, reputo como conveniente, por hora, a manutenção da decisão agravada.

A lei nº 8.429/92, de Improbidade Administrativa não exige prova pré-constituída para propositura e instrução da ação cautelar, bastando que haja indícios da existência de ato de improbidade (art. 17, § 6º), para a convicção do magistrado em sua apreciação preliminar do processo. A falta da notificação prevista no § 7º do mesmo citado artigo, também não invalida o procedimento, bastando que o juiz entenda haver elementos suficientes para as condições da ação.

Sendo assim, indefiro o efeito suspensivo requerido.

Informe-se o d. juízo *a quo* da decisão supra e solicite-se as informações.

Intime-se a parte agravada para, se assim desejar, apresentar contrarrazões.

Abra-se vista à i. Procuradoria de Justiça.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2015.

Desembargador FERNANDO CERQUEIRA CHAGAS
Relator